



Walter Campanato/ABr

Parlamentares estudarão formas de mitigar o impacto das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro, como as que provocaram deslizamentos em Nova Friburgo

Congresso começa a discutir como evitar novos desastres

Comissão Representativa se reúne hoje para buscar meios de ajudar vítimas e prevenir a repetição de tragédias

A COMISSÃO REPRESENTATIVA do Congresso Nacional se reúne hoje para discutir medidas capazes de mitigar o impacto das chuvas sobre as cidades serranas do Rio de Janeiro e de prevenir a repetição de desastres como esse no país. A reunião será conduzida pelo presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS).

Na pauta do encontro, estão várias propostas, como a de en-

viar um grupo de parlamentares para visitar as áreas atingidas. A ideia é que os deputados e senadores conheçam os problemas locais e possam elaborar leis que garantam a segurança habitacional da população, a retirada de moradias de áreas de risco e a prevenção contra novos desastres ambientais.

De acordo com Marco Maia, o que os integrantes da Comissão Representativa devem priorizar

nessa reunião é a necessidade de o Congresso se manter mobilizado e trabalhar na elaboração de propostas legislativas de efeito duradouro.

Na reunião, eles examinarão uma lista de projetos que tramitam na Câmara e no Senado com o propósito de reduzir os prejuízos decorrentes de tragédias desse tipo.

A comissão deve ainda examinar a ideia da senadora Marina

Silva (PV-AC) de criar uma comissão permanente de acompanhamento de desastres naturais.

O principal argumento da senadora em favor dessa comissão é o de que "a improvisação de socorro não traz de volta as centenas de vidas levadas pelos desabamentos".

Outra proposta de Marina é levar engenheiros, ambientalistas e especialistas em meteorologia, solo e clima para inteirar

os parlamentares dos riscos de novas tragédias.

Marco Maia disse que informará oficialmente à comissão sobre a medida provisória (MP 522/11) enviada ao Congresso pela presidente Dilma Rousseff destinando R\$ 780 milhões para que os ministérios dos Transportes e da Integração Nacional apliquem em ações de defesa civil e em obras de prevenção de desastres.

Sarney diz que não participa de acordo sobre sua reeleição

A Presidência do Senado Federal divulgou ontem nota desmentindo notícias da imprensa de que o senador José Sarney, presidente da Casa, estaria fazendo um acordo com o governo para sua reeleição e para a futura candidatura, ao mesmo cargo, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

"O presidente José Sarney desmente a notícia e esclarece que não fez qualquer acordo no sentido descrito, desconhece sua existência, e jamais participou de conversa telefônica ou de reunião em que tal assunto tenha sequer sido levantado", diz o comunicado.

Senadores do Rio querem marco legal para defesa civil

Os senadores da bancada do Rio de Janeiro deverão apelar, na reunião de hoje da Comissão Representativa do Congresso Nacional, por um rito veloz na aprovação de projetos que constituirão um novo marco legal para o Sistema Nacional de Defesa Civil. Chuvas que atingem a Região Serrana do Rio já mataram mais de 700 pessoas em deslizamentos e enchentes. São Paulo e Minas Gerais

também foram atingidos.

De acordo com o senador eleito Lindberg Farias (PT-RJ), as mudanças englobariam ações imediatas voltadas à recuperação econômica das áreas atingidas e a criação de um cadastro nacional de áreas de risco. Há também a proposta de criação de uma força nacional de defesa civil.

— Há uma fragilidade enorme no sistema legal de defe-



Divulgação/Lindberg Farias

sa civil. Não existe cadastro nacional de áreas de risco, nem instrumentos para dar efetividade às leis, nem definição de responsabilidades — disse Lindberg.

Lindberg Farias anuncia projeto com incentivos à recuperação das atividades econômicas

Em relação à recuperação econômica das áreas atingidas, Lindberg afirmou que parlamentares, governos e prefeituras negociam com ministérios um pacote de isenção temporária dos principais tributos federais. Além disso, ele pretende apresentar projeto para conceder estímulos financeiros, por meio de bancos públicos, aos setores da indústria, agricultura, turismo e comércio.

Mais agilidade na posse de comissionados

Ao assumirem os mandatos, os novos senadores poderão contar imediatamente com a assessoria dos servidores comissionados que indicarem. Para isso, a Subsecretaria de Pessoal Comissionado do Senado preparou novos procedimentos visando agilizar a posse desses funcionários.

A ideia é antecipar o recebimento de informações pessoais por meio de um pré-cadastro e pré-agendar a posse para que, até meados de fevereiro, a maioria dos 1.050 servidores já esteja no exercício de suas funções. Em legislaturas anteriores, a Secretaria de Recursos Humanos (Serh) levava até quatro meses para dar posse a todos os comissionados, segundo a diretora da área, Doris Marize Romariz Peixoto.

– A equipe foi ampliada temporariamente e cada um foi treinado especificamente para os procedimentos da posse. A intenção é ultrapassar 50 posses por dia – informou a diretora.

A regra geral para os cargos em comissão nos gabinetes parlamentares – assessor técnico, secretário parlamentar e assistente parlamentar – é que, encerrada a legislatura, se o senador não foi reeleito, o ocupante do cargo seja exonerado. Caso o parlamentar tenha sido reeleito e tome posse em 1º de fevereiro, os servidores lotados em seu gabinete permanecem em seus respectivos cargos.

No entanto, comissionados de lideranças, de comissões e da Mesa diretora serão mantidos em seus cargos, com exceção dos lotados em lideranças que tenham sido extintas.



Foto: Vale

Em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), a Vale inaugurou em outubro passado o maior complexo com mina e usina de minério de ferro do mundo

Regras para mineração devem chegar ao Congresso no primeiro semestre

Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão antecipa que marco regulatório para a atividade mineral está sendo organizado em três projetos independentes. Um deles propõe a criação de uma agência nacional para o setor

PROMESSA DE CAMPANHA da presidente Dilma Rousseff, a proposta de um novo marco regulatório da mineração deverá ser encaminhada ao Congresso no primeiro semestre deste ano. Em 8 de janeiro, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que serão encaminhados três projetos: um que trata das regras de exploração mineral,

outro que cria a agência reguladora do setor e um terceiro exclusivamente sobre *royalties*.

Entre as propostas, estão a extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a criação de uma agência reguladora, nos moldes da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Lobão disse ainda que Dilma

Rousseff – que foi ministra de Minas e Energia de 2003 a 2005 – manifestou o desejo de analisar as propostas que estão sendo elaboradas pelo ministério.

A reforma do atual Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67) foi tema de audiência pública realizada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) em março de 2010. No encontro,

senadores e representantes de instituições ligadas ao setor discutiram a mineração brasileira, com enfoque especial na regulamentação da atividade.

No início deste mês, o presidente do Congresso, José Sarney, afirmou que o debate em torno do novo marco regulatório da mineração deverá ter prioridade neste ano.

Projeto que criminaliza a homofobia poderá ser desarquivado

O desarquivamento do projeto que criminaliza a homofobia deverá ser requerido por Marta Suplicy (PT-SP) na legislatura que começa no dia 1º de fevereiro. A informação foi confirmada no Twitter pela própria senadora eleita.

O Regimento Interno do Senado estabelece que todas as propostas em tramitação há mais de duas legislaturas, como é o caso do projeto contra a homofobia (PLC 122/06), serão imediatamente arquivadas. Entretanto, ainda poderão tramitar por mais uma legislatura, caso requerimento apoiado por

um terço dos senadores (27) seja apresentado até 60 dias após o início do ano legislativo e aprovado em Plenário.

No Senado, o PLC 122/06 provocou acirrados debates entre os defensores da proposta – como Fátima Cleide (PT-RO), que não se reelegeu em 2010 – e senadores contrários à matéria, como Magno Malta (PR-ES).

Ontem, em entrevista à Rádio Senado, Fátima Cleide disse estar confiante na nova composição do Senado e esperar que o projeto seja desarquivado e levado adiante. Ela ressaltou que diariamente ocorrem atos

de violência contra homossexuais no Brasil, os quais nem sequer são registrados nas delegacias de polícia, “em decorrência da falta de uma legislação que coíba e puna esse tipo de atitude”.

União estável

Este ano, os homossexuais com união estável reconhecida poderão incluir seus parceiros na declaração do Imposto de Renda, desde que preenchidos os requisitos exigíveis na legislação. A medida foi anunciada pela Receita Federal em agosto.

O contribuinte também poderá retificar as declarações en-

tregues dos últimos cinco exercícios, caso deseje incluir como dependente o companheiro ou a companheira de união homoafetiva, aplicando-se, no que couber, os mesmos requisitos legais já aplicados aos heterossexuais com união estável.

Nesse caso, ao optar pela declaração retificadora, o contribuinte deverá oferecer à tributação também os rendimentos, bens e direitos do dependente. A retificação não poderá ser efetivada se o dependente já tiver apresentado declaração ou for dependente de outro contribuinte.



Marta Suplicy pretende requerer que a proposta volte a tramitar em 2011

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: *
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920